

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 9463, DE 2018, DO PODER EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE A DESESTATIZAÇÃO DAS CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO° _____, DE 2018

(Sra. Deputada ERIKA KOAKY)

Requer seja convocado o Ministro de Minas e Energia, Sr. FERNANDO COELHO FILHO, a fim de prestar esclarecimentos neste Colegiado sobre o PL 9463, de 2018 que dispõe sobre a desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne adotar as providências necessárias à Convocação do Ministro de Minas e Energia, Sr. FERNANDO COELHO FILHO, a fim de prestar esclarecimentos neste Colegiado sobre o PL 9463/2018, que altera a política de energia elétrica do país e os impactos que as alterações causarão tanto na vida dos trabalhadores e trabalhadoras do setor, quanto na vida da população consumidora.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento visa convocar o Ministro de Minas e Energia, Sr. FERNANDO COELHO FILHO, para que o mesmo venha perante a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 9463/2018 e prestar os devidos esclarecimentos sobre o teor do referido PL.

É sabido que a energia elétrica é fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação; que no Brasil, país de dimensões continentais, os desafios são imensos e cada vez mais o setor tem um papel estratégico na condução do crescimento econômico e que a energia elétrica brasileira tem sua geração composta majoritariamente por fontes hidroelétricas renováveis, estando o setor dentre os mais modernos e robustos do mundo.

Por outro lado, a gestão e manutenção, do sistema estão sob a responsabilidade de mais de 230 mil trabalhadores (as), que desempenham suas

funções com louvor mesmo com a precarização das condições de trabalho, imposta pela privatização e falta de investimento na década de 1990, além da terceirização indiscriminada, que já corresponde a mais de 55% do total de trabalhadores (as), segundo a Federação Nacional dos Urbanitários.

É preciso alertar que quaisquer alterações que precarizem os serviços de fornecimento de energia elétrica levarão ao comprometimento da capacidade da atuação dos trabalhadores (as) e à redução da qualidade de vida da população, configurando grave desmonte da política de energia e enormes prejuízos ao país.

Assim, é muito importante a presença do Excelentíssimo Ministro para os necessários esclarecimentos e para que o diálogo sobre as alterações alcance esta Casa. O que colide com sua manifesta intenção, conforme trecho de seu artigo “O Desafio de Nossa Geração”, publicado no Correio Brasiliense de 11.08.17: “Para a energia elétrica, **com muito diálogo e transparência** (grifo nosso), estamos construindo uma proposta modernizadora. Essa postura se reflete, por exemplo, em grandes avanços e sucesso nos leilões de transmissão, distribuição e nas expectativas positivas para o novo ciclo de leilões de expansão da geração, com foco em energias renováveis. Os investimentos do setor elétrico para os próximos dez anos estão na faixa de meio trilhão de reais. E no setor de óleo, gás e biocombustíveis, com a retomada dos leilões de área de exploração, podem superar R\$ 1,1 trilhão”.

Face ao exposto, reiteramos a necessidade de que o Ministro de Minas e Energia apresente neste Colegiado as devidas explicações acerca do PL 9463/2018, que prevê mudanças que têm o objetivo de alterar o Sistema Elétrico Brasileiro.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2018.

Deputada ERIKA KOKAY PT/DF